UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA
DISCIPLINA DE ANÁLISE DE DADOS

ERICK PATRÍCIO DE MAGALHÃES VIEIRA

Trabalho final da disciplina de Análise de Dados, do Mestrado em Ciência Política – UFPE.

RECIFE

JANEIRO/2019

1. PERGUNTA DE PESQUISA

Qual a relação entre a composição do grupo do Brasil no Banco Mundial e a alocação de ajuda externa brasileira para países americanos durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016)?

2. INTRODUÇÃO

A ajuda externa tem sido frequentemente utilizada como ferramenta de relacionamento entre os Estados, figurando nas agendas de política externa de muitos países. Entretanto, desde que os Estados começaram a formular esforços de ajuda externa, surgiu também o debate sobre as motivações dos doadores para a prática e os benefícios de tal ajuda ao país receptor. Tais motivações vão desde interesses políticos e estratégicos, econômicos e afinidades culturais à coação de países pobres por países doadores em troca de apoio político em fóruns internacionais.

Historicamente um país receptor de ajuda externa, em 2006 o Brasil criou uma política de cooperação internacional humanitária através da criação Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome (CGFome), no momento que marcava a emergência de países subdesenvolvidos na seara de doadores internacionais de ajuda externa, antes resguardada aos países nortistas. A cooperação humanitária brasileira abriu caminho para exercício de outras modalidades de ajuda externa brasileira, dentre elas a cooperação técnica internacional. Nesse ínterim, os novos doadores emergentes passaram a organizar suas doações dentro da cooperação sul-sul, buscando reforçar as relações com países semelhantes e promover o desenvolvimento mútuo. O fortalecimento destas relações foi exercido em grande medida na definição de agendas comuns e atuações conjuntas dos países em fóruns e organismos multilaterais.

Nesse sentido, pensando a ajuda externa brasileira na cooperação Sul-Sul, a presente pesquisa objetiva identificar qual a relação entre a alocação da ajuda externa brasileira e a composição da coalizão de países presente no diretório executivo do Brasil no Banco Mundial. Como organismo internacional, o Banco Mundial é uma importante fonte de assistência financeira e técnica para os países em desenvolvimento. Ter o apoio de outros países nesta instância internacional possibilita ter acesso aos recursos

disponíveis no órgão. Neste sentido, a coalizão de países que compõem o diretório executivo do Brasil no Banco Mundial, formada por Colômbia, República Dominicana, Equador, Haiti, Panamá, Suriname, Trinidad e Tobago e Filipinas, mostra-se bastante diversa em níveis de proximidade de relações econômicas e políticas com o Brasil, levantando questões sobre os benefícios de compor tal coalizão. A hipótese deste trabalho é que os países americanos que compõem o grupo do Brasil no Banco Mundial possuem maiores chances de receber ajuda externa brasileira do que os demais países das Américas do Sul e Central.

3. HIPÓTESE

Os países americanos que compõem o grupo do Brasil no Banco Mundial possuem maiores chances de receber ajuda externa brasileira do que os demais países das Américas do Sul e Central.

4. LITERATURA SOBRE AJUDA EXTERNA

4.1 CONCEITO E TIPOS DE AJUDA EXTERNA

O conceito de ajuda externa é multifacetado. Uma definição geralmente utilizada em estudos da temática está baseada na definição dada pelo Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (Development Cooperation Committee – DAC), pertencente a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que a define como fluxos financeiros, assistência técnica e commodities (RADELET, 2006, p. 4), concentrando-na na promoção do desenvolvimento econômico e o bem-estar e no fornecimento de empréstimos subsidiados para as nações.

O tipo de ajuda externa, por sua vez, pode ser classificado de acordo com a quantidade de países envolvidos nessa relação. Assim, a ajuda externa pode ser bilateral ou multilateral. A ajuda bilateral normalmente é praticada como forma de promover interesses de empresas e grupos do país doador no país receptor, sobretudo comerciais, permitindo maior manipulação por grupos internos. A ajuda multilateral, embora seja

menos passível de manipulação interna em razão do maior número de países e, consequentemente, motivações diversas para alocação dos recursos, também é usada como moeda de troca por países doadores que determinam condicionalidades para envio da ajuda externa, como compra de produtos produzidos no país doador e uso específico dos recursos alocados para fins determinados pelo doador. (RADELET, 2006)

Assim, explorar a relação entre ajuda externa e a composição de um diretório executivo em um organismo multilateral como o Banco Mundial mostra-se importante para entender a natureza da ajuda externa promovida entre países em desenvolvimento no contexto da cooperação sul-sul, sobretudo no âmbito da cooperação técnica internacional.

4.2 FATORES DETERMINANTES DA AJUDA EXTERNA

Há diversos motivos pelos quais os Estados, em particular, praticam ajuda externa. Sabe-se que fatores políticos e estratégicos, como política externa e relações políticas, são de grande importância na determinação do destino da ajuda externa. Muitas vezes, pretextos como ajuda humanitária e apoio ao desenvolvimento do país receptor foram utilizados para mascarar os reais interesses dos doadores. (RADELET, 2006)

Embora variáveis importantes como interesses políticos e estratégicos possuam maior poder explicativo para escolha de alocação de ajuda pelos países doadores do que medidas características do país receptor, como democracia, pobreza, qualidade de suas instituições e políticas, e outras variáveis como abertura comercial, liberdades civis, status colonial, investimentos estrangeiros diretos e população, são essas variáveis características que muitas vezes são utilizadas como argumento para doação pelo país doador para disfarçar suas intenções. Isso não significa, é claro, que tais variáveis não sejam critérios para escolha de países destinatários de ajuda externa. Muitos estudos discutem a influência dessas variáveis e demonstram, por exemplo, que o passado colonial e as alianças políticas são muito mais importantes para explicar o padrão dos fluxos de ajuda bilateral do que variáveis como democracia e políticas econômicas abertas. Ademais, embora democracia não seja o fator mais determinante, a discussão sobre a influência dos regimes políticos na alocação dos recursos de ajuda externa revela que, em determinadas condições, países democráticos recebem mais ajuda externa do que

países autoritários. Já o investimento direto estrangeiro responde positivamente a incentivos econômicos, boas políticas e proteção dos direitos de propriedades nos países receptores, ou seja, ao Estado de direito, ao contrário dos fluxos de ajuda externa, que são mais sensíveis a variáveis políticas. (ALESINA; DOLLAR, 1998)

Doadores também consideram outros fatores na escolha dos destinatários de sua ajuda externa. O tamanho dos países, por exemplo, também é levado em consideração. Relações e estratégias políticas fazem com que os países doadores escolham doar para o maior número de países possíveis para ampliar seu leque de influência, muitas vezes sem considerar a proporcionalidade da relação entre extensão territorial e população do país destinatário. Assim, países grandes e populosos, como Paquistão e Nigéria, e países pequenos e médios mas com alto índice demográfico, como Bangladesh e Indonésia, recebem pouca ajuda per capita, enquanto que países pequenos e com baixo índice demográfico recebem grandes quantidades de ajuda per capita. (RADELET, 2006)

O cálculo que determina a alocação de recursos de ajuda externa também considera índices de liberdade política e civil da nação beneficiária, assim como a transparência de seus regimes. Países pobres cujos governos oprimem politicamente sua população tendem a receber menos ajuda de doadores altruístas como forma de punição pela opressão interna. Assim, o fluxo de ajuda externa para a nação receptora pode ser alterado de forma positiva ou negativa de acordo com os índices de direitos civis, políticos e sucesso da aplicação dos recursos pelo governo receptor. (BANDYOPADHYAY; VERMANN, 2013)

Interesses comerciais também são variáveis explicativas para a escolha de países destinatários de ajuda externa. Como mencionado na explicação das tipologias de ajuda bilateral e multilateral, países doadores utilizavam a ajuda externa para promover interesses de empresas e diversos setores no país receptor, principalmente para fins comerciais. A variável de promoção do comércio com o país receptor como fator explicativo para alocação de recursos de ajuda externa demonstra que países ricos e desenvolvidos, que concentram os maiores montantes de recursos de ajuda externa, utilizam sua posição de exportadores de bens de capital para condicionar a ajuda externa à importação de bens de capital pelos países pobres receptores (YOUNAS, 2008). Em grande medida, os maiores níveis de ajuda externa estão correlacionados a interesses

comerciais dos países doadores. (NATH; SOBHEE, 2007; HOEFFLER, OUTRAM, 2011; DIETRICH, 2012 apud BANDYOPADHYAY; VERMANN, 2013)

O fator segurança também influencia na escolha do país destinatário. A presença de um conflito armado no país receptor, por exemplo, leva o doador considerar o impacto e utilidade de sua ajuda àquela nação, bem como de seus próprios interesses correlacionados. O conflito armado pode, então, ser determinante para a definição da quantidade de ajuda enviada, suas condições ou determinar ainda o cancelamento da ajuda externa (BALLA; REINHARDT, 2008). Na segurança nacional, a ajuda externa também pode ser usada para redução do terrorismo em nações em desenvolvimento ao possibilitar melhores condições de bem-estar no curto e médio prazo, aliviando as pressões sociais. Essa ajuda possui ainda maior eficácia quando está condicionada pelo país doador a ser direcionada para setores essenciais do país receptor, como saúde, educação e prevenção de conflitos (YOUNG; FINDLEY, 2011). A variável segurança também está correlacionada com renda e desenvolvimento econômico dos países receptores. Países com renda mais alta tiveram maior probabilidade de receber ajuda externa durante a Guerra ao Terror do que durante a Guerra Fria (FLECK; KILBY, 2010). Entretanto, o desenvolvimento econômico (PIB per capita) tinha maior correlação positiva com alocação de ajuda externa do que com interesses estratégicos de comércio bilateral e relações políticas, sendo mais decisivo também do que outros fatores, como tipos de regimes e governos. (DEMIERL-PEGG; MOSKOWITZ, 2009)

Dessa forma, além de considerações políticas e estratégicas, os Estados podem prestar ajuda externa por diversos motivos, como sua posição na ordem internacional e ligações históricas e culturais com o país, regime democrático e níveis de renda (LUMSDAINE, 1993), e, ainda, fins comerciais e econômicos vinculados a diversos grupos de interesse de diferentes áreas, desde produção agrícola e escoamento de excedentes à logística de transporte e distribuição e de ONGs à legisladores e executivos (DIVEN, 2006; CLAPP, 2012; LIMA; DIAS, 2016). Nessa discussão sobre os motivos para prestação de ajuda externa pelos países, a existência de um forte componente ideológico na alocação de ajuda se destaca (MEERNIK; KRUEGER;POE, 1998). Tingley (2010) demonstra que dentro de um espectro ideológico, governos doadores de orientação conservadora fornecem menos recursos para ajuda externa, enquanto que governos mais progressistas tendem a contribuir com maiores quantidades financeiras no montante

global de ajuda externa. Assim, em razão do componente ideológico dos governos, a política interna é determinante na escolha das nações beneficiárias, determinada muitas vezes pelos interesses de indivíduos no poder (MILNER; TINGLEY, 2010). Os países doadores prezam sobremaneira pelas condições do país receptor para determinar pela alocação da ajuda externa. Por isso, é relativamente comum encontrar correlações entre ajuda externa e nações pobres, democráticas e com bons índices de defesa dos direitos humanos. Entretanto, como discutido anteriormente, muitas vezes a ajuda humanitária de doadores tradicionais a países pobres é condicionada a apoio político e econômico em instâncias internacionais (DREHER; NUNNENKAMP; THIELE, 2011), ferindo a soberania dos Estados destinatários (GILPIN, 1987).

Diante desta discussão da literatura que se debruça sobre fatores determinantes da ajuda externa, o presente trabalho centra-se nas conclusões do clássico estudo empírico de Vreeland, "Foreign aid and global governance: Buying Bretton Woods – the Swiss-bloc case" (2011). Analisando a composição do grupo da Suíça no Fundo Monetário Internacional (FMI), o autor mostra que tal composição de um bloco em organismo internacional pode ser determinante para a alocação de ajuda externa. Nesse contexto, países ricos submeteriam o fornecimento de ajuda externa a países pobres à condição de apoio de tais países às agendas e interesses dos países ricos na instância multilateral. O trabalho se baseia, ainda, em grande medida no artigo de Apolinário Júnior (2016), que analisou a composição dos blocos do Brasil no FMI e no Banco Mundial durante o governo Lula (2003-2010) e sua relação com a ajuda externa brasileira.

5. DADOS, MÉTODO E VARIÁVEIS

Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a ajuda externa fornecida pelo Brasil na categoria Cooperação Técnica Internacional e o pertencimento de países ao diretório executivo que o Brasil compõe no Banco Mundial. A hipótese a ser testada é a de que os países americanos que compõem o grupo do Brasil no Banco Mundial possuem maiores chances de receber ajuda externa brasileira do que os demais países das Américas do Sul e Central, sendo a variável resposta a ajuda externa e a variável explicativa principal o pertencimento ao grupo do Brasil no Banco Mundial. Dado que 7 dos 8 países que compõe o grupo do Brasil são americanos, buscou-se

delimitar a comparação destes com os demais países da América do Sul e América Central, de acordo com o contexto de cooperação Sul-Sul, ou seja, na promoção do desenvolvimento mútuo dado pela preferência dos países em desenvolvimento em fortalecer relações com nações do hemisfério sul. Desta forma, a análise se concentra na alocação de ajuda externa brasileira para países da América do Sul e América Central.

Os dados foram organizados em um banco de dados com 33 (trinta e três) observações e 7 (sete) variáveis, abrangendo o período do governo Dilma Rousseff (2011-2016). Os dados foram coletados em relatórios do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), na base de dados *World Development Indicators* do Banco Mundial e no site do Ministério das Relações Exteriores.

O teste da hipótese do trabalho foi realizado mediante o método de rodagem de um modelo de regressão linear multivariada, utilizando-se 4 das 7 variáveis resultantes dos dados coletados nas bases de dados supracitadas e 33 (trinta e três) observações. Inicialmente almejava-se utilizar as 7 variáveis contidas no banco de dados no modelo. Entretanto, optou-se por utilizar apenas as variáveis "*ajuda*", "*membrobrbm*", "*viaof*" e "*percapita*" no modelo de regressão devido a estas apresentarem valores significativos pelo teste-t individual ao nível de 10% de significância, sendo adequadas ao modelo. Para a rodagem do modelo de regressão e análise dos dados foi utilizado o software *RStudio*, uma importante ferramenta estatística de análise de dados que permite importar bancos de dados e desenvolver regressões com análise precisa dos pressupostos dos modelos, ideal para pesquisas do cientista político. Para que os coeficientes da regressão fossem significativos, foi adotado alfa 10% (0,1) como nível de significância para esse modelo. O nível de significância ajuda o pesquisador a saber, de acordo com o valor de probabilidade, quando é possível rejeitar ou não a hipótese nula e examinar possíveis correlações entre variáveis.

O modelo de regressão linear multivariado em si permite observar os efeitos de diferentes variações das variáveis explicativas na variável resposta. Além disso, é possível verificar o efeito de X em Y "enquanto são mantidos constantes os efeitos de Z" (KELLSTEDT e WHITTEN, p. 220).

A equação matemática deste modelo é uma extensão da expressão da regressão linear bivariada, diferenciando-se pela adição de mais causas sistemáticas de Y. De modo

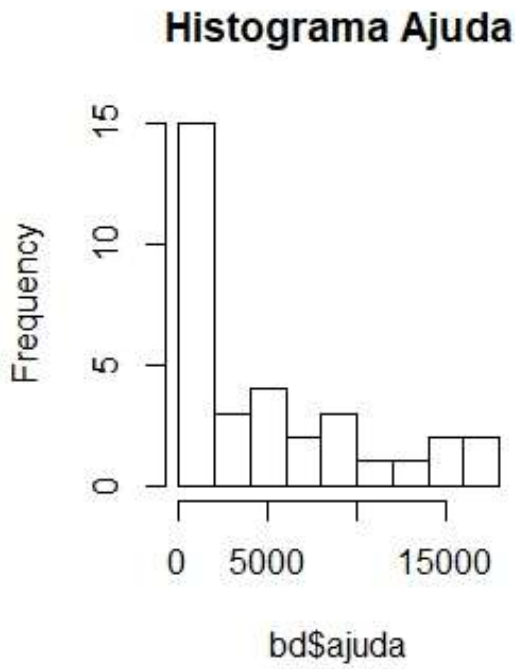
geral, é composta pela variável resposta, intercepto, coeficiente estimado, variáveis explicativas e controles e termos de erro. Assim, a fórmula da regressão linear multivariada é dada por:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + ... + \beta_k X_k + \varepsilon$$

Para o caso específico deste trabalho, fatores como composição de coalizões (como pertencer ao grupo do Brasil no Banco Mundial), relações diplomáticas (como receber visitas oficiais de Chefes de Estado) e econômicos (como níveis de desenvolvimento dos países) podem ser influentes na manutenção da relação que se almeja analisar. Por tais razões, o modelo de regressão linear multivariado é adotado com variáveis referentes a esses fatores neste trabalho.

Para entender melhor a construção do modelo, faz-se necessária uma análise exploratória das variáveis que compõem o modelo, a começar pela variável dependente "*ajuda*". A VD "*ajuda*" compreende a soma total do montante de ajuda externa brasileira na categoria cooperação técnica internacional fornecida para países da América do Sul e América Central no período do governo Dilma Rousseff, entre 2011 e 2016. Os dados dessa variável foram coletados em relatórios do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicados entre 2016 e 2018 com dados sobre a ajuda externa brasileira na categoria cooperação técnica internacional durante o governo Dilma Rousseff. A variável "*ajuda*" não possui uma distribuição normal, como mostra o gráfico 1. Assim, para operacionalização no *RStudio* e adequação ao modelo, esta variável foi transformada em logarítmica a fim de aproximar a magnitude das variáveis e aumentar seu poder de explicação.

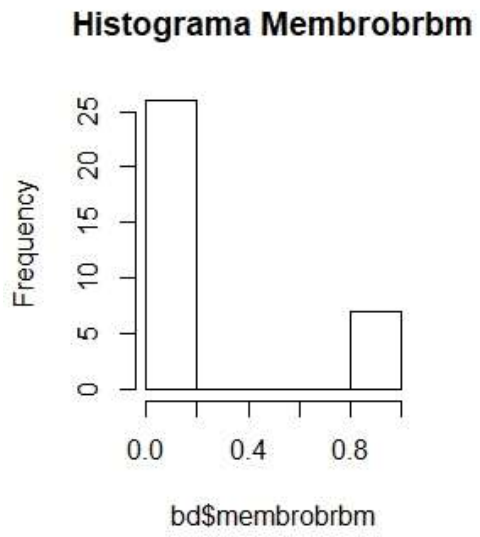
GRÁFICO 1



Elaboração: autor, 2019.

A variável independente "*membrobrbm*" foi construída para descrever os países americanos que fizeram parte o grupo brasileiro no Banco Mundial durante o período analisado. Dos 33 países americanos observados, 7 compõem a coalizão do Brasil no Banco Mundial. Compor a coalizão do Brasil no Banco Mundial fez com que esses países recebessem mais ajuda externa brasileira entre 2011 e 2016 do que os demais países do continente? Para operacionalização desta variável, utilizaram-se valores binários, onde "1" significa que o país fez parte do grupo do Brasil no Banco Mundial nesse período e "0" representa a ausência do país no grupo brasileiro. Assim, a variável dicotômica foi transformada em *factor* para operacionalização no *RStudio,* uma vez que tal transformação é adequada para variáveis dummies. Para auxiliar na visualização desta variável, o gráfico 2 mostra a diferença de distribuição entre países membro da coalizão brasileira no Banco Mundial e os demais países americanos presentes no estudo.

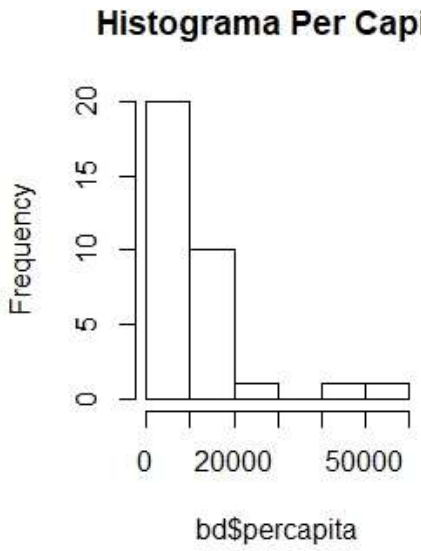
GRÁFICO 2



Elaboração: autor, 2019.

A variável diplomática "*viaof*" foi construída para registrar o número total de viagens oficiais realizadas pela Chefe de Estado do Brasil para cada país da região neste período, com dados coletados no sítio do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Esta variável é importante para observar a proximidade na relação bilateral do Brasil com os demais países. Em números totais, a variável é lida como numérica pelo *RStudio*. O gráfico 3 mostra que não há uma distribuição normal dos dados dessa variável.

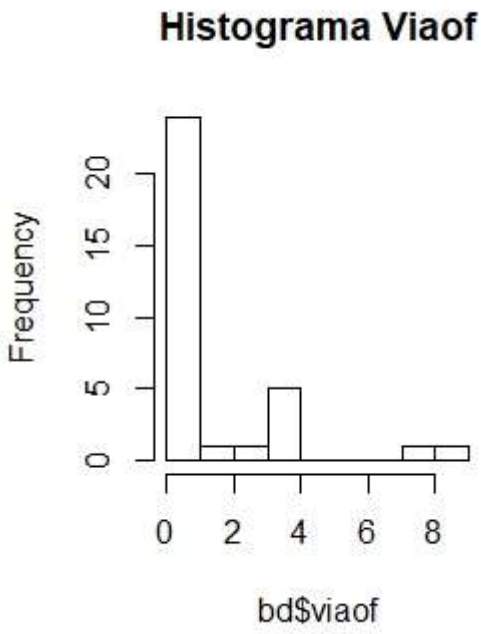
GRÁFICO 3



Elaboração: autor, 2019.

A variável da renda "*percapita*", utilizada para medir o nível de desenvolvimento dos países, dado como a média do PIB per capita entre 2011 e 2016, é uma importante variável econômica proveniente da literatura sobre determinantes da ajuda externa. Os dados dessa variável foram coletados no indicador *World Development Indicators* do Banco Mundial. O gráfico 4 mostra que a variável "*percapita*" não apresenta distribuição normal. Dessa forma, esta variável também é transformada em logarítmica para operacionalização no *RStudio*.

GRÁFICO 4



Elaboração: autor, 2019.

Por fim, a tabela descritiva abaixo detalha os valores e principais informações das variáveis utilizadas neste trabalho. Em seguida, são apresentados os resultados do modelo de regressão linear multivariada desenvolvido no RStudio.

TABELA 1

Tabela Descritiva da Análise Exploratória dos Dados						
	N	Mean	Min.	Max.	Tipo	Fonte
Ajuda	33	5064.7	23.6	16944.1	US$ 2019	Ipea
Membrobrbm	33	0.2121	0.0000	1.0000	Binária	Autor
Percapita	33	11696.7	780.4	54612.5	US$ 2017	WDI
Viaof	33	1.455	0.000	9.000	Nº total	MRE

Tabela elaborada pelo autor, 2019.

6. RESULTADOS DO MODELO

Para apresentação do modelo, optou-se pela disposição dos dados na Tabela 2 que mostra os coeficientes resultantes do modelo de regressão linear multivariada desenvolvida neste trabalho. Em primeiro lugar, faz-se necessária a apresentação dos resultados da relação entre as variáveis explicativas e a variável resposta, seguida dos resultados do modelo de forma conjunta.

TABELA 2

Coefficients						
	Estimate	Std. Error	t value	Pr (>|t|)		
(Intercept)	18.0990	2.5765	7.025	1e-07	***	
factor(membrobrbm)1	1.0544	0.5828	1.809	0.080797	.	
viaof	0.4333	0.1083	4.002	0.000398	***	
Log(percapita)	-1.2709	0.2880	-4.414	0.000129	***	

Signif. codes:	0 ‘***’	0.001 ‘**’	0.01 ‘*’	0.05 ‘.’	0.1 ‘ ’	1
Residual standard error: 1.347 on 29 degrees of freedom						

Multiple R-squared: 0.5176,	Adjusted R-squared: 0.4677
F-statistic: 10.37 on 3 and 29 DF,	p-value: 8.377e-05

Tabela elaborada pelo autor, 2019.

A variável dicotômica "*membrobrbm*", referente ao pertencimento dos países a coalizão do Brasil no Banco Mundial, foi estatisticamente significante. O resultado rejeita, assim, a hipótese nula, evidenciando a probabilidade de correlação com a variável dependente. O modelo demonstra ainda que o aumento de 1 desvio padrão na variável membrobrbm causa o aumento de 1.05 desvio padrão na variável de ajuda externa brasileira.

A variável diplomática "*viaof*", referente ao número total de viagens da Chefe de Estado brasileira aos países americanos em análise, mostrou-se estatisticamente significante. O resultado também rejeita a hipótese nula e fortalece a probabilidade de correlação entre as variáveis *viaof* e *ajuda*. Ainda, nota-se que o aumento de 1 desvio padrão na variável *viaof* causa o aumento de 0.43 desvio padrão na variável dependente *ajuda*.

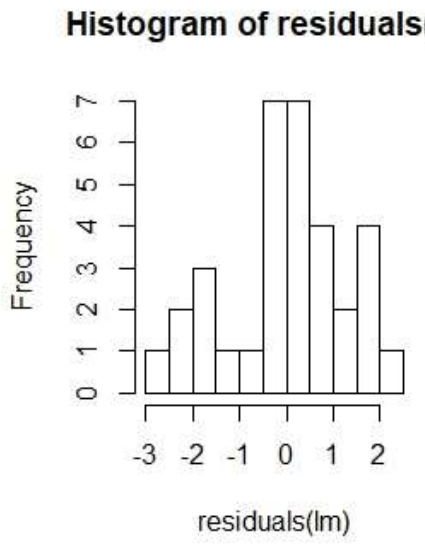
Concomitantemente, a variável "*percapita*", assumida como logarítmica devido a transformação da variável no modelo, também mostrou-se estatisticamente significante, rejeitando a hipótese nula do modelo e considerando a probabilidade de correlação com a variável dependente *ajuda*. Entretanto, diferentemente da relação observada nas variáveis anteriores, os resultados levam a concluir que o aumento de 1 desvio padrão na variável *percapita* leva a diminuição de 1.27 desvio padrão na variável resposta.

Esses resultados demonstram que dentro do modelo, a avaliação individual das variáveis mostra que essas apresentam coeficientes estatisticamente significantes. Nessa mesma linha, os resultados demonstram que, no conjunto, o modelo também mostrou-se estatisticamente significativo com p-valor 8.377e-05 dentro do nível de significância de alfa 10% (0,1) adotado para análise. Entretanto, apesar da significância estatística, o modelo apresentou baixo poder de explicação com variação nas variáveis *membrobrbm*, *viaof* e *percapita* apresentando magnitude de explicação da variável ajuda de cerca de 47%, segundo o R^2 ajustado, abaixo dos 70% necessários para que uma correlação seja

considerada forte. Enquanto coeficiente de determinação, o R^2 mostra o quanto o modelo pode ser explicado segundo os dados das variáveis coletadas para análise, sendo, então, um indicativo de quantidade de variação. Assim, apesar das variáveis diplomáticas e econômicas adotadas, cerca de 53% da variação da variável resposta *ajuda* não é explicada pelas variáveis explicativas do modelo.

Finalmente, a análise dos pressupostos do modelo demonstrou que o modelo não se adequou aos pressupostos básicos de normalidade dos resíduos e homocedasticidade, prejudicando o ajuste do modelo. Conforme o gráfico 5 abaixo, os resíduos não apresentam distribuição normal, violando um pressuposto do modelo.

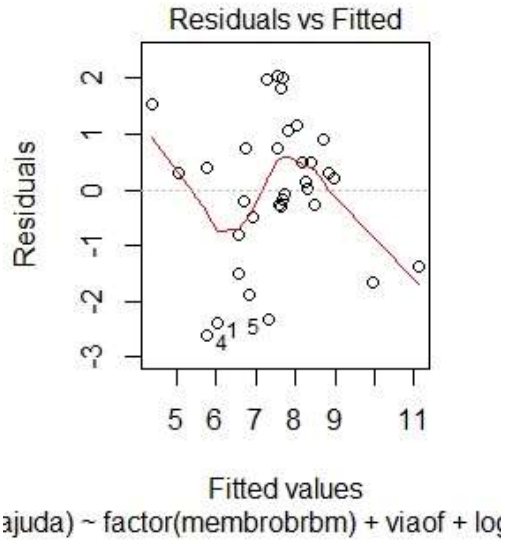
GRÁFICO 5



Elaboração: autor, 2019.

A homocedasticidade, pressuposto básico que determina que a variância do erro é constante, também foi violada. O gráfico 6 abaixo demonstra a heterocedasticidade dos erros do modelo e distribuição distante de 0. O método de correção de heterocedasticidade de Huber-White testado no modelo não foi capaz de corrigir o pressupostos da homocedasticidade uma vez que Huber-White é melhor aplicável em modelos com grande amostra, assim como o método de Breusch-Pagan, não testado nesse trabalho.

GRÁFICO 6



Elaboração: autor, 2019.

Por outro lado, a multicolinearidade, pressuposto que ocorre quando duas ou mais variáveis explicativas possuem correlação linear perfeita ou quase perfeita, influenciando na estimativa dos parâmetros, diferentemente dos pressupostos de normalidade dos resíduos e homocedasticidade, não foi detectada no modelo com estimação VIF de variância, salvaguardando o modelo de enviesamento das estimativas de seu parâmetro que aconteceria na presença desse pressuposto.

Dessa forma, os resultados demonstram que apesar das variáveis explicativas serem estatisticamente significantes, evidenciando a probabilidade de correlação com a variável resposta *ajuda* e aceitando a hipótese alternativa, e desse resultado de significância estatística se refletir na análise conjunta do modelo, o modelo desenvolvido possui baixo poder explicativo, mostrando uma incapacidade das variáveis independentes explicarem satisfatoriamente a relação pretendida. Além disso, os pressupostos básicos da normalidade dos resíduos e homocedasticidade do modelo foram violados, levando à conclusão de que o modelo de regressão desenvolvido precisa ser alterado ou receber a inserção de outras variáveis explicativas que possibilitem uma distribuição normal dos erros e justifiquem o uso dos resultados da regressão. Os atuais resultados não confirmam a hipótese levantada no presente trabalho.

7. REFERÊNCIAS

ALESINA, A.; DOLLAR, D. Who gives aid to whom and why?. Working Paper 6612. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 1998.

APOLINÁRIO JÚNIOR, Laerte. Foreign aid and the governance of international financial organizations: the Brazilian-bloc case in the IMF and the World Bank. Brazilian Political Science Review, v. 10, pp. 1-29, 2016.

BALLA, Eliana; REINHARDT, Gina Yannitell. Giving and Receiving Foreign Aid: Does Conflict Count?. World Development, 36(12), pp. 2566-85, 2008.

BANDYOPADHYAY, Subhayu; VERMANN, E. Katarina. Donor motives for foreign aid, Review, Federal Reserve Bank of St. Louis, issue July, pages 327-336, 2013.

BJORNSKOV, Christian. Types of foreign aid, University of Aarhus Working Paper, 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/> Acesso em 19 de fev. 2019.

BURNSIDE, C.; DOLLAR, D. Aid, policies, and growth. American Economic Review, 90, pp. 847–868, 2000.

CLAPP, Jennifer. Hunger in The Balance: The new politics of international food aid. Cornell University Press, p. 94 -117, 2012.

CLEMENS, Michael; RADELET, Steven; BHAVNANI, Rikhil. Counting Chickens When They Hatch: the Short-Term Effect of Aid on Growth, Center for Global Development Working Paper No. 44, 2004.

DEMIREL-PEGG, Tijen; MOSKOWITZ, James. U.S. Aid Allocation: The Nexus of Human Rights, Democracy, and Development. Journal of Peace Research, 46 (2), pp. 181-98, 2009.

DIVEN, Polly. A coincidence of interests: The hyperpluralism of US food aid policy. Foreign Policy Analysis, v. 2, n. 4, pp. 361-384, 2006.

DREHER, A., NUNNENKAMP, P., & THIELE, R.. Are ‘New’ Donors Different? Comparing the Allocation of Bilateral Aid Between nonDAC and DAC Donor Countries. World Development, v. 39, n. 11, 2011.

FLECK, Robert K.; KILBY, Christopher. Changing Aid Regimes? U.S. Foreign Aid from the Cold War to the War on Terror. Journal of Development Economics, 91 (2), pp. 185-97, 2010.

GILPIN, R. The political economy of international relations. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1987.

IPEA. Brazilian Cooperation for International Development 2010. Ipea, 2014.
_____ Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2011-2013. Ipea,

2016.
_____ Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2014-2016. Ipea,

2018.

KELLSTEDT, Paul; WHITTEN, Guy. Fundamentos da Pesquisa em Ciência Política. São Paulo: Blucher, 2013.

LIMA, Thiago; DIAS, Atos. A ajuda alimentar internacional dos EUA: política externa, interesses econômicos e assistência humanitária. Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, v.1, n.1, p.189-211, 2016.

LUMSDAINE, D. H. Moral vision in International Politics. Princeton: Princeton University Press, 1993.

MEERNIK, James; KRUEGER, Eric L.; POE, Steven C. Testing Models of U.S. Foreign Policy: Foreign Aid during and after the Cold War.” The Journal of Politics 60(1):63-85, 1998.

MILNER, Helen V.; TINGLEY, Dustin H. The Political Economy of U.S. Foreign Aid: American Legislators and the Domestic Politics of Aid. Economics and Politics, 22(2), pp. 200-32, 2010.

RADELET, Steven. A Primer on Foreign Aid. Center for Global Development, Working Paper No. 92, 2006.

TINGLEY, Dustin H. Donors and Domestic Politics: Political Influences on Foreign Aid Effort. Quarterly Review of Economics and Finance, 50(1), pp. 40-49, 2010.

VREELAND, J. R. Foreign aid and global governance: Buying Bretton Woods – the Swiss-bloc case. International Organization, 2011.

WORLD BANK GROUP. Disponível em: <http://www.worldbank.org>. Acesso em: 28 de dez. 2018.

YOUNAS, Javed. Motivation for Bilateral Aid Allocation: Altruism or Trade Benefits. European Journal of Political Economy, 24(3), pp. 661-74, 2008.

YOUNG, Joseph K.; FINDLEY, Michael G. Can Peace Be Purchased? A Sectoral-Level Analysis of Aid's Influence on Transnational Terrorism. Public Choice, 149 (3-4), pp. 365-81, 2011.